



Grupo Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas

Ata

Reunião de 24 de junho de 2014

Aos vinte e quatro dias do mês de junho de dois mil e catorze, pelas quinze horas, reuniu o Grupo Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas, adiante designado CONCIG, nas instalações do Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, adiante designado ACIDI, sitas na Rua Álvaro Coutinho n.º 14, em Lisboa, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1) Aprovação da ata da reunião anterior; -----
- 2) Resultado da reunião com a Direção Geral de Educação e Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência; -----
- 3) Apresentação de projetos do Programa Escolhas dirigidos às comunidades ciganas; -----
- 4) Breve apresentação de alguns resultados do Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas; -----
- 5) Outros Assuntos; -----

Presidiu à reunião a Senhora Alta Comissária para a Imigração e Diálogo Intercultural, Dra. Rosário Farmhouse, adiante designada Alta Comissária, que nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2013 de 17 de abril, preside ao CONCIG. A secretariar a Alta Comissária esteve o Gabinete de Apoio às Comunidades Ciganas (GACI), composto por Maria Helena Torres, sua coordenadora, Berill Baranyai e Carlos Nobre. -----

No âmbito do ponto 3) da Ordem de Trabalhos esteve ainda presente o Diretor Executivo do Programa Escolhas, Pedro Calado.-----

Estiveram presentes os membros do CONCIG constantes da lista de presenças em anexo. -----

A presidente do CONCIG saudou os conselheiros presentes e, tendo em conta a presença do novo representante da Associação Nacional de Municípios Portugueses, o Presidente do Município de Torres Vedras, Carlos Miguel, a presidente do CONCIG iniciou os trabalhos dando posse ao novo conselheiro. --

Em seguida, destacou a ocasião da realização da reunião no dia em que se assinala o Dia Nacional do Cigano. -----

No seguimento do ponto 1 da Ordem de Trabalhos, foi aprovada, por unanimidade, a ata da reunião anterior com as seguintes alterações sugeridas pela conselheira Maria José Casa-Nova: -----

- Na segunda página, segundo parágrafo, nona linha, onde se lê “[...] de um tribunal, servindo [...]”, deverá ler-se “[...]da Comarca do Baixo Vouga. Esta decisão serviu [...]” -----

- Na segunda página, no terceiro parágrafo, segunda linha, onde se lê “[...] uma Procuradora da República [...]”,deverá ler-se “[...]a Procuradora da República, Dr.ª Helena Gonçalves,[...]” -----

- Na quinta página, primeiro parágrafo, segunda linha, onde se lê “[...] pontos focais[...] deverá ler-se “[...]Pontos Focais[...]” -----



No que diz respeito ao ponto 2, a Alta Comissária referiu que se realizou, no passado dia 15 de Maio, uma reunião entre o ACM, a Direção Geral de Educação e a Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência. Nesta reunião não foi possível estar presente a Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD). -----

Na sua opinião, tendo em conta que a área da Educação é uma das áreas em que a recolha de dados é mais importante, considerou-se necessária a realização desta reunião. -----

A propósito da recolha de dados, avançou que foi realizado um pedido à CNPD, no âmbito do Programa Escolhas, baseado na Resolução do Conselho de Ministros que dá sequência ao próprio programa, pelo que considera que, no que à ENICC diz respeito, pedido similar poderá vir a ser realizado. -----

A conselheira Alexandra Castro explicou que a Segurança Social está a recolher dados relativos aos beneficiários do Rendimento Social de Inserção com base em pressupostos similares. -----

A Dr.^a Teresa Abreu, em substituição da conselheira Lina Varela, referiu que no Ministério da Educação existe um organismo próprio para a recolha de dados e utilizando mecanismos próprios já existentes, vai ser possível recolher, junto dos agrupamentos de escolas, informação relativa ao número de alunos ciganos, por ano, escolaridade, género, entre outros. Estes dados são apenas dados agregados que não permitem a identificação dos alunos e que serão trabalhados globalmente. -----

O ano 2014 será assim o ano zero e nos anos seguintes será possível ter dados comparativos, por exemplo, sobre o n.º de crianças a frequentar o ensino pré-escolar. -----

O conselheiro Vasco Prazeres questionou a Dr.^a Teresa Abreu quanto à ferramenta utilizada, tendo obtido como resposta que a ferramenta não identifica os alunos, dado que as escolas conhecem em profundidade os alunos e possuem esta informação. -----

A conselheira Alexandra Castro referiu que o ideal e o mais correto seria que o questionário permitisse distinguir os números relativos à Auto e Hetero-identificação. -----

A Dr.^a Teresa Abreu referiu que todos os mecanismos têm limitações, mas é necessário ter elementos que nos deem uma ideia do universo a que se destina esta estratégia. -----

A coordenadora do GACI partilhou que, no passado, existiu a base de dados do EntreCulturas onde existiam dados sobre os alunos ciganos e onde se conseguia colher, rigorosamente, a informação que agora se considera necessária. -----

O conselheiro Carlos Miguel reagiu referindo que “estamos a complicar o que é fácil” e que não se pode prejudicar “os 90% de certeza com os 10% de erro”, dado que todas as amostras têm margens de erro e limitações. Considera que o que importa é perceber o conjunto de alunos ciganos que têm dificuldades e necessidades educativas mais urgentes, os “90%”, apesar das margens de erro de “10%” que se possam registar. -----

O conselheiro Almerindo Lima questionou se os pais foram informados deste processo e manifestou a sua preocupação com a possibilidade das crianças serem identificadas. -----

A Dr.^a Teresa Abreu respondeu que a questão não se colocou uma vez que este processo decorre de ferramentas já existentes, utilizadas pelo organismo que levanta esta informação e que não permite a identificação das crianças. -----



A conselheira Mélanie Silva colocou a questão se estes dados englobam a Região Autónoma dos Açores, tendo a Dr.ª Teresa Abreu referido que este processo apenas irá incidir sobre o Continente. -----
A presidente do CONCIG referiu que a forma de abranger as Regiões Autónomas deverá ser alvo de estudo e pediu o apoio do Governo Regional do Açores neste processo de discussão com o Ministério da Educação por forma a aplicar o questionário naquela região. -----
O conselheiro Gonçalo Perestrelo referiu que na Madeira têm trabalhado a este nível e têm conseguido trabalhar com as comunidades ciganas ali residentes, bem como articulado com várias organizações, como a Igreja Filadélfia, muito próxima das comunidades ciganas da Madeira e do Continente. Através do CONCIG foi possível conhecer e chegar a estas comunidades na Madeira e resolver alguns problemas que as afetam, nomeadamente o licenciamento das feiras. -----
A conselheira Alexandra Castro referiu que um dos grandes problemas que continuamos a assistir nas comunidades ciganas está relacionado com a regulamentação de acampamentos ocasionais, prevista no Decreto-Lei n.º 310/2002 de 18 de dezembro, que delega nos municípios esta competência, através da criação de regulamentos municipais. No entanto, estes regulamentos municipais são geralmente muito ambíguos, não se percebendo de uma forma clara o contexto de aplicação. A este respeito indicou o caso do Município da Vidigueira e as “normas a aplicar à comunidade cigana” (2008), referidas nas atas da reuniões de câmara. -----
O conselheiro Adérito Montes solicitou a opinião dos conselheiros sobre os casos em que uma lei, com a intervenção da GNR, expulsa os ciganos dos municípios. -----
O substituto do conselheiro Paulo Poaires, o Sargento-Mor, Tomé Panazeite, referiu que esta lei tem vindo a cair em desuso e que, internamente, têm surgido instruções por forma a lidar com estas situações de outra forma. -----
A presidente do CONCIG apelou ao conselheiro Carlos Miguel no sentido de transmitir à Associação Nacional de Municípios Portugueses esta preocupação. -----
Retomando a questão central deste ponto da agenda, a conselheira Maria José Casa-Nova questionou se seria possível saber qual o n.º de alunos ciganos a frequentar o ensino regular, dado ter conhecimento da frequência, de um número significativo de alunos ciganos, de vias escolares alternativas de menor estatuto e prestígio social, para onde estes adolescentes e jovens parecem estar a ser canalizados. Deste modo, pretendia saber se seria possível obter dados desagregados relativos à frequência do ensino regular e à frequência de outras ofertas educativas -----
Relativamente ao ponto 3, a presidente do CONCIG convidou o Diretor Executivo do Programa Escolhas, Dr. Pedro Calado, para falar ao CONCIG do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido com as crianças e jovens ciganos através do Programa. -----
Assim, o Dr. Pedro Calado, fez uma apresentação do programa (em anexo), chamando a atenção dos conselheiros para o facto de, na atual geração do programa, existirem 125 projetos em funcionamento, 110 plurianuais e 15 pontuais. Dos 110 plurianuais, 77% dos projetos em curso têm comunidades ciganas nos seus destinatários. Por outro lado, nos projetos pontuais, 2 são dirigidos às comunidades ciganas. -----



Atualmente, ao abrigo dos projetos financiados pelo Programa Escolhas, estão em funções 9 dinamizadores comunitários ciganos. -----

Após a apresentação feita pelo Diretor Executivo do Programa Escolhas, a conselheira Maria José Casa-Nova manifestou a sua preocupação com o consórcio deste tipo de projetos. Muitas vezes, o consórcio está dependente do dinamismo do promotor e quando os projetos terminam “volta-se à estaca zero”, frustrando expectativas das comunidades envolvidas. Assim, defendeu ainda regimes transitórios de cotas na área do emprego por forma a criar condições e mostrar experiências positivas, possibilitadoras da diminuição dos estereótipos que a sociedade tem das comunidades ciganas. -----

O conselheiro Adérito Montes partilhou que tem participado em várias parcerias e projetos mas que, em última análise, não têm resultado numa oportunidade objetiva de emprego. -----

O conselheiro Roque Amaro chamou a atenção que o Programa Escolhas trabalha numa lógica de desenvolvimento comunitário que gera oportunidades, sendo que apenas conjugando competências, oportunidades e responsabilidade social das empresas é possível gerar mudança. Referiu ainda que tem algumas expectativas em relação aos resultados das candidaturas Escolhas, em setembro, como oportunidade para trabalhar comunidades com muitas dificuldades como as que residem em Macedo de Cavaleiros ou Carrazeda de Ansiães. -----

O Dr. Pedro Calado partilhou das preocupações de sustentabilidade da conselheira Maria José Casa-Nova, mas referiu que têm surgido resultados bastante positivos e soluções de continuidade. Chamou a atenção que, pela sua natureza, não é suposto que muitas das ações se perpetuem no tempo. -----

Por outro lado, referiu que, até ao momento, não existe um levantamento exaustivo de casos que permita justificar um sistema de cotas, mas aproveitou para apresentar, como exemplo, a Anjo – Associação Nacional de Jovens - que promove estágios em empresas. -----

No âmbito do ponto 4, a presidente do CONCIG referiu que o Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas que está a ser levado a cabo pelo CEMRI – Centro de Estudos para as Migrações e Relações Interculturais, Universidade Aberta, está previsto na Prioridade 2 da ENICC. Deste modo, convidou os membros da equipa de investigação presentes, a Dr.^a Manuela Mendes e o Dr. Pedro Candeias, a apresentar no CONCIG alguns resultados preliminares do estudo (em anexo). -----

Os membros da equipa referiram que o estudo se baseou, para além do levantamento bibliográfico sobre a temática, num questionário colocado aos municípios e de entrevistas a diversos peritos e organizações que trabalham nesta área. A informação assim recolhida permitiu identificar as áreas privilegiadas, pelo número de ciganos que aí residem, que viriam a ser alvo da aplicação de um questionário às pessoas ciganas por forma a identificar os principais perfis das comunidades ciganas em Portugal. -----

Assim, até ao momento, o CEMRI tem uma taxa de resposta dos municípios de 49%, sendo que das 278 que receberam o questionário, apenas 136 câmaras responderam. Foram inquiridos 201 peritos e foram obtidos cerca de 1500 questionários válidos. -----

O conselheiro Carlos Miguel manifestou a sua frustração com este tipo de estudo. Considera que o estudo apresentado deveria falar de todos os ciganos e da situação no terreno e não um trabalho de secretaria e de



amostragem. Receia que o estudo apresentado não permita conseguir o objetivo de conhecer o número de ciganos em Portugal e como vivem. -----
O conselheiro Almerindo Lima demonstrou alguma insatisfação por não ter sido consultado, enquanto conselheiro do CONCIG, para a realização do estudo. -----
A conselheira Alexandra Castro referiu que os dados são muito provisórios e baseados em entrevistas exploratórias, não tendo sido perceptível, através da apresentação, a metodologia e os territórios abrangidos. Explicou que recebeu o questionário, ao qual não respondeu por ter considerado que não é possível responder a um grande número de questões colocadas. -----
A conselheira Maria José Casa-Nova referiu que concorda com a conselheira Alexandra Castro e que os resultados são muito provisórios. Ficou perplexa com o facto dos dados provisórios apresentados se basearem em 8 entrevistas exploratórias na área metropolitana de Lisboa. Confirmou que também recebeu o questionário, criticando o facto do questionário ser muito longo, e considera que os dados agora apresentados não são fiáveis. Chamou ainda a atenção dos autores que, no enquadramento do estudo, referiram que os estudos recentes têm vindo a reproduzir estereótipos, não indicando objetivamente quais os estudos, o que poderá gerar dúvida e suspeita sobre todos os estudos realizados. -----
A conselheira Maria José Vicente questionou os autores quanto ao número de pessoas ciganas inquiridas. -
O Dr. Pedro Candeias referiu que a estimativa a apresentar baseia-se no questionário colocado às autarquias e ainda estão a receber respostas de alguns municípios. Com estas respostas torna-se possível construir os clusters onde serão aplicados os questionários às pessoas ciganas. Explicou que 1500 questionários às famílias ciganas era o número de questionários que era possível realizar perante o orçamento disponível, sendo que esse número já permite obter uma amostra representativa. No que diz respeito ao tamanho do questionário, referiu que o mesmo foi reduzido para 8 páginas. -----
A Dr.ª Manuela Mendes explicou que o trabalho ainda está em curso e que queriam apresentar os resultados que estão disponíveis até ao momento. Continuou, referindo que tal como está previsto no caderno de encargos do estudo, não se pretendia fazer um recenseamento total da população cigana. O projeto é pequeno e de curta duração e que por esse motivo apresenta algumas limitações. -----
Explicou ainda que os dados apresentados não incluem ainda todas as entrevistas, nomeadamente as realizadas no Porto. -----
Por outro lado, explicou que o trabalho não esteve, em exclusivo, dependente das respostas dos municípios e que foram utilizadas outras ferramentas por forma a ser possível ir avançando, como por exemplo, entrevistas a mediadores, associações, projetos do Programa Escolhas. -----
No âmbito do último ponto da agenda, a presidente do CONCIG informou que no final do mês terminará o mandato de Alta-Comissária, assim como a Dr.ª Helena Torres que, por motivos de reforma, deixará a coordenação do GACI. -----
O conselheiro Carlos Miguel aproveitou a ocasião para reconhecer o trabalho realizado pela Alta-Comissária na área dos ciganos. -----
A conselheira Teresa Leal Ferreira referiu que tem acompanhado o trabalho da Alta-Comissária e registou a entrega e a atitude para com as pessoas no exercício das suas funções. -----



A conselheira Maria José Casa-Nova referiu que sempre considerou que o mandato da Alta-Comissária foi pautado por várias especificidades em relação aos anteriores titulares do cargo e que a Alta-Comissária sempre demonstrou uma enorme preocupação e sensibilidade com as questões com as quais trabalhou. Deste modo, propôs um voto de louvor, aprovado por unanimidade, à Alta-Comissária e presidente do CONCIG, Rosário Farmhouse e à Coordenadora do GACI, Helena Torres. -----
Lisboa, 24 de junho de 2014 -----

